

**POR UMA DISCUSSÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DOS NÚCLEOS ESTRATÉGICOS
NACIONAIS**

*FOR A POLITICAL ECONOMY DISCUSSION ABOUT THE NATIONAL STRATEGIC
CENTERS*

*PARA UNA DISCUSIÓN SOBRE LA ECONOMÍA POLÍTICA DE LOS CENTROS
ESTRATÉGICOS NACIONALES*

Bernardo Salgado Rodrigues*

RESUMO

O grande desafio geopolítico da sociedade brasileira é desenvolver sua Grande Estratégia Nacional. Consequentemente, é imprescindível modificar o *mindset* brasileiro, reinventando uma consciência nacional para enfrentar os desafios do Brasil. O objetivo do artigo é aprofundar a ideia de núcleos estratégicos nacionais como propulsores da geopolítica e do desenvolvimento brasileiro. Como hipótese central, realiza-se a prerrogativa de que sua efetivação depende de uma base da economia política que enfoque na reindustrialização brasileira. Utilizando-se do método empírico-dedutivo e qualitativo, assim como de um referencial teórico realista nas relações internacionais e desenvolvimentista na economia, conclui-se que os núcleos estratégicos nacionais consistem num elemento fundamental para a projeção de uma Grande Estratégia Nacional do Brasil.

Palavras-chave: núcleos estratégicos nacionais; geopolítica brasileira; reindustrialização; Grande Estratégia Nacional.

ABSTRACT

The great geopolitical challenge facing Brazilian society is to develop its Grand National Strategy. Consequently, it is essential to change the Brazilian mindset, reinventing a national consciousness to think about objectives and face Brazil's challenges. The objective of the article is to deepen the idea of national strategic centers as drivers of geopolitics and Brazilian development. As a central hypothesis, the prerogative is that its implementation depends on a political economy base that focuses on Brazilian reindustrialization. Using the empirical-deductive and

* Professor Adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID/ESG), no âmbito do ProCad Defesa Prospectiva. Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ), Pós-Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM/ECEME) e em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (FAALC/UFMS). Endereço eletrônico: bernardosalgado90@gmail.com.

qualitative method, as well as a realistic theoretical framework in international relations and developmentalism in the economy, it is concluded that the national strategic centers are a fundamental element for the projection of a Grand National Strategy for Brazil.

Keywords: national strategic centers; Brazilian geopolitics; reindustrialization; Grand National Strategy.

RESUMEN

El gran desafío geopolítico que enfrenta la sociedad brasileña es desarrollar su Gran Estrategia Nacional. En consecuencia, es fundamental cambiar la mentalidad brasileña, reinventando una conciencia nacional para pensar objetivos y enfrentar los desafíos de Brasil. El objetivo del artículo es profundizar la idea de los centros estratégicos nacionales como motores de la geopolítica y del desarrollo brasileño. Como hipótesis central, la prerrogativa es que su implementación depende de una base de economía política que se centre en la reindustrialización brasileña. Utilizando el método empírico-deductivo y cualitativo, así como un marco teórico realista en las relaciones internacionales y el desarrollismo en la economía, se concluye que los centros estratégicos nacionales son un elemento fundamental para la proyección de una Gran Estrategia Nacional para Brasil.

Palabras clave: centros estratégicos nacionales; geopolítica brasileña; reindustrialización; Gran Estrategia Nacional.

1 INTRODUÇÃO

A geopolítica contemporânea é crescentemente multidimensional, multisetorial e multidisciplinar. Cada vez mais setores como a política, a economia, a cultura, o psicossocial, o científico-tecnológico e o militar influenciam direta e indiretamente o desenvolvimento e a segurança nacional, tanto no âmbito de atuação endógeno quanto exógeno. Uma vez que a autarquia é inalcançável neste sistema internacional interconectado, é imprescindível levar em consideração os interesses de outros Estados, principalmente para a adoção de contramedidas relativas àquelas que conflitem com as demandas estratégicas brasileiras.

É imperativo para a geopolítica contemporânea brasileira o desenvolvimento de sua Grande Estratégia Nacional, como mencionado no resumo supracitado. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo sistematizar e aprofundar a formulação teórica de núcleos estratégicos nacionais, tendo como hipótese a prerrogativa de que uma análise da economia política é imprescindível para a efetivação da reindustrialização brasileira.

Este artigo se encontra estruturado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Primeiramente, urge a sistematização e a definição de núcleo estratégico e sua importância para o debate sobre desenvolvimento nacional brasileiro. Na segunda parte, será realizado um breve resgate da necessidade de utilização da economia política enquanto ferramenta de poder para um projeto de nação. Em seguida, reitera-se a importância do Estado em todo e qualquer projeto voltado para a economia de uma Grande Estratégia, principalmente no que se refere às suas funcionalidades, ao financiamento público e a desfinanciarização especulativa. Por fim, serão traçadas as principais bases para uma reindustrialização dos núcleos estratégicos nacionais no Brasil.

2 DEFINIÇÃO DE NÚCLEO ESTRATÉGICO

Segundo o Glossário das Forças Armadas do Brasil, estratégia é definida como a “arte de preparar e aplicar o poder para conquistar e preservar objetivos, superando óbices de toda ordem” (Brasil, 2015). Ou seja, não é única e exclusivamente empregar o poder, mas, concomitantemente, prepará-lo para a conquista e a preservação de objetivos. “É possível depreender, assim, que a Estratégia representa ação, para o atingimento de objetivos, estes fixados pela Política. Trata-se, pois, de definição de como deve ser feito (ações) para se alcançar objetivos” (Mafra, 2006, p. 20-21).

Neste tocante, compreende-se importante a discussão preambular sobre Núcleo Estratégico no Brasil. Este consiste no ponto central da estrutura produtiva de um Estado através do controle de setores estratégicos da atividade nacional. Ao se pautar pelo equacionamento tático gerencial de complexos industriais com o objetivo de conquistar mercados nacionais e internacionais, ele necessita de uma associação formada por um grupo seletivo de pessoas representando determinado interesse social, econômico e político, no qual o centro da organização é primordial para o desenvolvimento de estruturas produtivas complexas e de grande atividade de inovações.

Utilizando planejadamente os recursos de que dispõe, ou explorando vantajosamente a situação ou as condições favoráveis de que prospectivamente se desfruta, possui como método o planejamento e a coordenação política e econômica para elevar a competitividade de setores estratégicos da nação e viabilizar sua inserção internacional. Góes (2022) enseja uma reflexão sobre núcleo estratégico altamente qualificada:

Em essência, núcleo estratégico pode aqui ser definido como sendo o conjunto de segmentos econômico-tecnológicos autônomos capazes de participar eficazmente da competição internacional. [...]. Assim, por núcleos estratégicos entendem-se todos aqueles atores, entes, empresas ou segmentos, privados ou estatais, quer sejam econômicos, comerciais, tecnológicos, acadêmicos, científicos, financeiros, normativos / reguladores ou

industriais, desde que sejam capazes de participar eficazmente da competição internacional sob os influxos das cadeias globais de produção, conhecimento e valor, com ou sem investimento por parte do Estado brasileiro (Góes, 2022, p. 70).

Em outros termos, o Núcleo Estratégico consiste em grandes conglomerados empresariais públicos e privados nacionais que operam em diversos setores da economia, e possuem uma relevante relação com o Estado no processo de implementação do modelo de desenvolvimento econômico do país. Portanto, o Núcleo Estratégico Nacional é o conjunto de empresas brasileiras (ou a formação de grandes conglomerados), cuja dinâmica dos macrossetores produtivos da economia se aproximam das empresas multinacionais tradicionais do capitalismo contemporâneo, na medida em que permanecem como polos de produção mundial, e não como meros mercados consumidores. Este núcleo assumiria posição ativa na cadeia transnacional de produção, principalmente a partir de estratégias de desenvolvimento tecnológico como mecanismos de superação do subdesenvolvimento, logrando o fortalecimento em suas estruturas produtivas para níveis mais elevados de complexidade tecnológica e, subsequentemente, colocando o Brasil como um dos centros mundiais de poder (Góes, 2022).

Conseqüentemente, o Núcleo Estratégico necessita da manutenção de um alto nível de investimento com a finalidade de realizar o *upgrading* na estrutura industrial como importante fonte de acumulação de capital e tecnologia; *i.e.*, consistiria num elemento central para um processo de industrialização com sofisticação produtiva, relacionado à interiorização do processo de desenvolvimento dos setores do ramo de bens de capital mais intensivo em tecnologia, com o objetivo de potencializar a inserção no comércio internacional com maiores vantagens competitivas. Entretanto, para superar as deficiências no parque industrial e, concomitantemente, progredir com elevado nível de crescimento de competitividade das empresas, é necessária a implementação de uma política industrial de caráter seletiva, escolhendo esferas prioritárias, fornecendo apoio financeiro, técnico e administrativo para as empresas dos setores estratégicos.

O conceito de Núcleo Estratégico busca transformar antigas estruturas e orientar um grande corpo empresarial pelas demandas do mercado nacional e internacional, principalmente ao tornar a governança econômica compatível com os sinais de mercado. Ao mesmo tempo, incluir incursões mais ambiciosas e prospectivas na criação e orientação do mercado, envolvendo políticas industriais, cambiais e fiscais. Desta forma, pressupõe instituições coordenadoras de projetos de desenvolvimento, voltadas única e exclusivamente para o gerenciamento dos ativos nacionais, e cuja ênfase garante o poder de ajustar a economia nacional aos interesses geopolíticos do Estado.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, a geopolítica internacional vem se configurando a partir da disputa, da competição e do controle dos Núcleos

Estratégicos de países emergentes; i.e., o Núcleo Estratégico vem sendo o grande alvo das grandes potências do sistema internacional. No Brasil, pode-se tomar como exemplo o caso da Petrobras, empresa brasileira do setor petrolífero que vem sistematicamente sendo atacada ao longo das décadas de 2000 e 2010 visando ao seu desmantelamento nacional e à liquidação de ativos principalmente para atores internacionais. Neste tocante, julga-se repensar modelos de reativação deste núcleo estratégico nacional, revertendo o processo de desverticalização da Petrobras, impossibilitando o encadeamento produtivo “do poço ao posto”.¹

Tal ponto somente ratifica um axioma inexorável: o Núcleo Estratégico é a força política estratégica de um país, com um Estado equipado com todo o manancial institucional avançado na burocracia nacional desenvolvimentista, e que seja fortalecido, coordenado e orientado para o mercado. Este visaria deslocar internamente o eixo do modo de produção capitalista e a base da estrutura produtiva nacional, sobretudo na formação de grandes conglomerados industriais voltadas para o *catching-up* tecnológico.

Desta feita, o Estado assume o papel de empreendedor principal, dirigindo o fluxo de recursos produtivos para onde possam servir à soberania do desenvolvimento nacional e à autonomia na geopolítica internacional. Ao deter relativo controle e monitoramento do Núcleo Estratégico visando manter e aumentar o valor dos ativos públicos e privados do organismo econômico nacional, o Estado levaria em consideração a sua importância para a criação de condições institucionais favoráveis ao surgimento de grandes complexos industriais, estatais e privados. Vale frisar que se deve adotar uma chave explicativa que não separe Estado e mercado, mas, ao contrário, possibilite a convergência entre ambos, uma vez que não existe Estado e desenvolvimento sustentado sem uma poderosa economia de mercado, e vice versa.

O objetivo principal da apresentação do Núcleo Estratégico consiste em possibilitar o direcionamento para uma Grande Estratégia de Desenvolvimento Nacional, cujo modelo geopolítico categórico proposto para o Brasil seria estar entre as cinco potências globais até 2050. Como objetivo secundário e complementar, vislumbra-se a capacidade brasileira de possuir 50 empresas (10%) entre a Global Fortune 500.² Por conseguinte, é imprescindível para os geopolíticos brasileiros

- 1 “Do poço ao posto” é uma terminologia utilizada para delinear uma empresa da área de petróleo e gás que seja verticalizada, ou seja, que opere desde a jazida onde extrai as reservas comerciais de petróleo até a revenda de produtos derivados (gasolina, diesel e gás de cozinha).
- 2 Esta é uma classificação das 500 maiores empresas mundiais (a partir da sua receita). A lista é compilada e publicada anualmente pela revista Fortune, e é considerado um padrão internacional para avaliar o desempenho das grandes empresas, assim como método de avaliação externa no monitoramento do desempenho das empresas. Em 2021, o Brasil possuía somente seis empresas entre as quinhentas maiores do mundo, o equivalente a 1,20% (Petrobras, JBS, Vale, Itaú Unibanco Holding, Banco Bradesco e Banco do Brasil). Comparativamente, os Estados Unidos possuem 122 empresas (24,4% do total), a China possui 135 empresas (27% do total).

contemporâneos visualizarem que a expansão do “Núcleo Estratégico Brasileiro” é a base elementar do desenvolvimento do País e, conseqüentemente, de uma Estratégia Nacional de Segurança:

É por tudo isso que se defende a ideia de que a formulação de uma Estratégia de Segurança Nacional deve ser concebida com foco no fortalecimento e expansão dos núcleos estratégicos do Estado, vale explicitar, mais uma vez, por fundamental, suas empresas privadas e estatais, atreladas às cadeias globais de valor, bem como suas universidades, centros de pesquisa e *clusters* tecnológicos, apoiados pelas ações estratégicas do Estado (Goes, 2022, p. 74).

O Núcleo Estratégico Nacional é a vanguarda do setor produtivo brasileiro, cuja anatomia é fundamental para o país possuir uma seta indicativa para o restante do conjunto produtivo nacional. As empresas pertencentes ao Núcleo Nacional seriam os componentes mais avançados da indústria nacional e de desenvolvimento da parcela majoritária das atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), se concentrando em setores estratégicos e/ou de alta tecnologia. Do ponto de vista empresarial, o Núcleo Estratégico Nacional é uma estrutura oligopolista que age em consonância com os interesses do Estado em um mercado altamente competitivo. O desempenho econômico das suas empresas (percebido no aumento das receitas e lucros) visa torná-las suficientemente poderosas para enfrentar a concorrência global, avaliando a capacidade de flexibilização do sistema perante os desafios internos e externos:

Todos os países capitalistas que ostentam alto nível tecnológico em suas indústrias têm forte e íntima participação do Estado no financiamento da pesquisa e sua coordenação com a iniciativa privada, particularmente do complexo industrial-militar. Exemplos notáveis dessa participação estatal são os próprios EUA e a China, as duas maiores economias do mundo. O desenvolvimento científico e tecnológico ou é bancado pelo Estado ou não existe. E nós precisamos que ele exista. Para isso, a coordenação entre as universidades e fundações públicas e as empresas estatais e privadas desses setores será condição fundamental. Muitos imaginam o Brasil incapaz de produzir tecnologia inovadora, mas a verdade é que já estivemos na vanguarda tecnológica em muitos setores. Desenvolvemos não só a fibra óptica como também a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, novos biocombustíveis, o carro a álcool, uma técnica própria e barata de enriquecimento de urânio, e adaptamos várias modalidades de grãos ao nosso cerrado (Gomes, 2020, p. 158-159).

Para uma definição mais assertiva, recorre-se a terminologia cunhada por Rodrigues (2022, p. 129-134) de Forças Políticas Internas, que consistiriam em grupos que visam ao poder, domínio ou à influência a partir do estabelecimento de forças centrípetas, impelindo os agentes a se aproximarem do centro em torno do qual se movem. Elas são capazes de produzir ou acelerar movimentos políticos, determinando o deslocamento dos agentes através de um consenso que origina uma ação social e política específica, de acordo com seus princípios. Assim, sua vocação endógena de influenciar os blocos de poder é exercida entre os atores que compõem o sistema, haja vista que uma das principais características do mundo contemporâneo é a guerra entre blocos de capitais.

Para Goes e Massera (2015, p. 123), é fundamental a “reconstrução do núcleo estratégico brasileiro, fortalecendo a indústria nacional e a internacionalização das empresas privadas brasileiras, dotando-as de competitividade internacional de modo a mantê-las na cadeia transnacional de produção capitalista,” Fiori (2014) também resume com precisão o ponto central para a análise dos Núcleos Estratégicos Nacionais:

Em todos os casos de sucesso econômico também se identifica a existência de um núcleo estratégico unido e coeso dentro do próprio Estado, que foi o grande responsável pela definição e sustentação dos objetivos estratégicos que se mantêm constantes durante longo tempo, apesar das eventuais mudanças de governo ou de regime político. Esses núcleos, ou centros de poder, demonstram sempre – em todos os casos estudados – grande flexibilidade e grande capacidade na configuração do sistema de poder em que estão inseridos (Fiori, 2014, p. 40).

Neste contexto, é importante destacar que um dos maiores desafios da geopolítica brasileira no início do século XXI é o fortalecimento do seu Núcleo Estratégico Nacional através da reindustrialização brasileira.

3 RETOMADA DA ECONOMIA POLÍTICA

O debate do desenvolvimento é considerado uma das tarefas mais complexas no ramo da ciência econômica; há uma multiplicidade de adjetivos, definições e contradições que o termo carrega consigo. Ao longo da história, é constatada uma própria evolução do seu sentido. Ao considerar sua definição etimológica, desenvolver significaria o rompimento do que está oculto, vir a conhecer algo que está envolvido. No período medieval, o termo se relacionava como algo cíclico, que possuía, inexoravelmente, um início, meio e fim. Com o advento do positivismo, adquire uma conotação de progresso sistemático, de superação constante, um

sinônimo de crescimento, avanço e prosperidade. Após a Segunda Guerra Mundial, “a concepção de desenvolvimento igualou-se à de progresso material, um estágio a ser atingido por todos os países do mundo” (Oliveira, 2012, p. 120).

Consequentemente, o debate sobre o desenvolvimento vem fornecendo novas ferramentas teóricas para a prática política dos Estados no sistema internacional. Vale frisar que esse diálogo entre as distintas matrizes que visam ao desenvolvimento das nações é secular, advindo dos primórdios do estabelecimento da economia como disciplina que estuda a organização e aproveitamento eficiente de recursos materiais escassos. Para os fins desse trabalho, recorre-se a definição de desenvolvimento proposta por Rodrigues (2022, p. 74):

[...] concepção de um processo deliberado de mudança social que tem como finalidade a equalização das oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como em relação com sociedades e Estados que possuem padrões mais elevados de bem-estar social nas relações internacionais.

Adicionalmente, é interessante frisar que a questão-chave para a compreensão do desenvolvimento é a retomada da economia política em detrimento da ciência econômica (ou economia pura) pós-revolução marginalista.³ A Economia Política é um elemento articulado de ideias que busca oferecer uma visão do conjunto da vida social, com objetivos definidos de intervenção política, econômica e social. Assim, questões como poder e riqueza, política e economia são vistos como partes convergentes de um todo. A própria percepção de que Estado e mercado, ainda que dirigidos por lógicas diametralmente distintas, não funciona, eles são universos autônomos; são inseparáveis e mutuamente condicionados.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Braudel distingue os conceitos de “economia de mercado” e de “capitalismo”, defendendo a tese de que o capitalismo é o “antimercado”, uma vez que “o mercado é o lugar das trocas e dos ganhos ‘normais’ e o capitalismo, o lugar da acumulação dos ‘grandes lucros’ e dos ‘grandes predadores’” (Braudel *apud* Fiori, 2007, p. 14-15).

Adicionalmente, a ressignificação do sentido de mercado é imprescindível e um dos pontos principais para a compreensão da Economia Política Internacional. O antimercado do sistema de acumulação capitalista dos lucros extraordinários bloqueia a relação dialética e harmônica com o Estado, impossibilitando

3 A Revolução marginalista foi o termo cunhado para denominar as contribuições teóricas que fundamentam a abordagem econômica a partir da teoria do valor utilidade no final do século XIX. Essa transformação da economia política para a ciência econômica levou a formação da escola neoclássica e austríaca, buscando distanciar-se dos economistas políticos clássicos da teoria do valor trabalho.

a consecução de um mutualismo obrigatório e trófico: uma relação interespecífica e harmônica, em que ambos atores são mutuamente condicionados e dependentes ao fornecerem ganhos recíprocos (Rodrigues, 2022, p. 205).

Historicamente, todos os projetos de desenvolvimento das grandes potências utilizaram um modelo próprio de economia política em suas economias nacionais, numa simbiose entre grandes capitais privados e interesses de Estado, que faziam convergir fatores endógenos e exógenos em seus projetos de poder. Assim, as ascendentes potências econômicas não seguiram, única e exclusivamente, os preceitos da ciência econômica pura, os ditames liberais “durante o período de arrancada até o momento em que já podiam ombrear com seus principais concorrentes da perspectiva de sua luta pelo poder e pela riqueza” (Fiori, 2014, p. 40-41).

Portanto, é uma visão de mundo contrário aos ditames do neoliberalismo⁴, cuja doutrina ratifica que “de agente o Estado passou a ser paciente, no sentido de que passou a ser um obstáculo ao dinamismo econômico, que deveria ser transferido para os agentes privados, isto é, para o mercado” (Traspadini, 2014, p. 175). Em outros termos, a reconexão da Economia com a Política é a base para a “superação do neoliberalismo e da ideia do mercado como organizador da sociedade” (Maringoni, 2022, p. 31).

Ao se proceder essa separação, o ato de governar se torna neutro, ou “técnico” (no sentido pejorativo): bastaria um treinamento específico para se gerir o Estado, acima das contradições e interesses da sociedade. Esse Estado (também neutro) não deveria sofrer interferências oriundas da sociedade, terreno no qual se organizaria a Política, uma atividade tida como estéril e corrupta. Trata-se de uma visão fortemente autoritária, que representa na prática a privatização do Estado: visão do Estado liberal neutro é funcional para a disseminação da concepção de separação entre este e a sociedade (Maringoni, 2022, p. 39).

4 “Neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios clássicos do liberalismo econômico às condições do capitalismo contemporâneo. Esta vertente acredita que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais, e cuja mola-mestra é o mecanismo dos preços baseado na imprescindibilidade da estabilidade monetária. Sua agenda constitui, principalmente, temas de curto prazo visando ao desenvolvimento econômico, como o combate à inflação, ao ajuste fiscal, ao marco regulatório e à reconquista da credibilidade dos agentes externos. Atualmente, o termo vem sendo aplicado àqueles que defendem a livre atuação das forças de mercado, o término do intervencionismo do Estado, a privatização das empresas estatais (e até mesmo de alguns serviços públicos essenciais), a abertura da economia e sua integração mais intensa ao mercado mundial” (Rodrigues, 2022, p. 92).

Em síntese, conforme salienta Lacerda (2022, p. 41), “todas as escolhas envolvem, portanto, custos e benefícios, que precisam ser explicitadas. Daí a importância de que as possibilidades sejam apresentadas e debatidas no âmbito da sociedade. As alternativas de política econômica são técnicas, mas as escolhas, políticas.” Por conseguinte, diante da “impossibilidade de existência de mercados fortalecidos sem Estados ativos” (Rodrigues, 2022, p. 205), um projeto de nação requer uma economia política que seja convergente com seu planejamento estratégico (e que conte com o papel ativo do Estado).

4 PAPEL DO ESTADO NOS NÚCLEOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

4.1 ESTADO EMPREENDEDOR, INOVADOR, PLANEJADOR, DISCIPLINADOR E PROJETADOR

Em seu clássico livro, *Chutando a escada*, Ha-Joon Chang (2004) se utiliza de uma perspectiva histórica para analisar as estratégias do desenvolvimento dos Estados e como as grandes potências, uma vez tendo alcançado um nível elevado de desenvolvimento, exercem pressão sobre os países periféricos, impedindo-os de empregarem as políticas e instituições que outrora utilizaram. É o processo de “chutar a escada do desenvolvimento”, já apontado no século XIX pelo economista alemão Friedrich List (Roncaglia; Gala, 2023, p. 201).

Desse modo, em determinadas conjunturas geopolíticas no sistema internacional, o Estado deve agir como empreendedor (idealizar projetos, negócios ou atividades de modo ativo, arrojado, dinâmico), inovador (realizar processos e produtos inéditos, inovadores e revolucionários), financiador (fornecer dinheiro, fundos, capitais no custeio de gastos necessários), disciplinador (regulamentar a disciplina estrita das regras de uma organização civil ou estatal) e projetador (executar planejamento de um projeto a ser realizado) da estrutura industrial.

Para Mazzucato (2022), o Estado não pode se reduzir como interventor em falhas de mercado, mas sim “investir no reforço de seu poder em áreas críticas, como capacidade produtiva, capacidades de contratação, parcerias público-privadas que genuinamente sirvam ao interesse público” (Mazzucato, 2022, p. 13). Adicionalmente, no âmbito de política comparada internacional, Lacerda (2022) realiza um resumo significativo das estratégias de desenvolvimento e políticas econômicas adotadas exitosamente por alguns países:

[...] a) a combinação de atuação do Estado, como empreendedor, quando necessário, mas também coordenador, articulador de políticas públicas, além do seu papel regulador e fiscalizador; b) o engajamento do setor privado, articulado com o Estado, mediante a criação de um ambiente favorável; c) a adoção de políticas macroeconômicas (monetária, fiscal e cambial) favoráveis ao desenvolvimento; d) a articulação das políticas de competitividade

(políticas industrial, comercial e de ciência, tecnologia & inovação), para fomentar a atividade econômica, em especial da indústria, imprescindível para o desenvolvimento (Lacerda, 2022, p.27).

Ainda que possua esse papel fundamental para os núcleos estratégicos nacionais, é axiomático que o Estado reduza ao máximo a situação denominada na literatura econômica de “armadilha da renda média” (*middle-income trap*).⁵ Este termo foi cunhado pelo economista William Arthur Lewis (1954) ao abordar as dificuldades que um país apresenta para transitar de níveis baixos de desenvolvimento para níveis de alto desenvolvimento socioeconômico, ficando “preso” nesse patamar. De acordo com a teoria, um país acaba aprisionado na armadilha da renda média depois que perde a competitividade no mercado internacional de bens manufaturados, pois seus preços de exportação tornam-se menos atrativos devido ao aumento dos salários dos trabalhadores. Por outro lado, ele também não tem condições estruturais para concorrer com os países mais desenvolvidos nos segmentos de mercado de alto valor agregado. Em síntese, a armadilha da renda média ocorre quando um país emergente para de crescer após um período de desenvolvimento muito acentuado.

Para Gill e Kharas (2007), essa conceituação demonstra um desafio de Estados industrializados ou semi-industrializados (tal como o Brasil), que apresentam uma trajetória de baixo crescimento econômico ao estagnarem seu direcionamento ascendente a um nível de desenvolvimento econômico no patamar de uma nação rica. Zagato, Gala, Pinheiro e Hartmann (2019) atestam que o termo se tornou sinônimo de economias baseadas em mão de obra barata e/ou abundância de recursos naturais, enfrentando desafios ao entrar em atividades baseadas em conhecimento e com alto valor agregado, principalmente quando se inseriram no comércio internacional (Moreira, 2023, p. 152). Conforme postulam Gala e Roncaglia (2020; 2022; 2023), ascender à escada tecnológica é a saída da armadilha da renda média:

Ao incorporar mais complexidade à nossa rápida economia desindustrializante, o Brasil pode dar um salto adiante no futuro, tornando-se uma sociedade que aprende e promove uma nova estratégia nacional de crescimento baseada na prosperidade liderada pela tecnologia, ambientalmente sustentável e socialmente inclusiva. Porém, isso não ocorrerá apenas pelas pulsões espontâneas do mercado e requererá o retorno do Estado planejador (Roncaglia; Gala, 2023, p. 196).

5 Sonaglio, Missio e Pereira (2016) afirmam que a literatura sobre a armadilha média reúne duas principais abordagens: 1) crescimento lento dos países e a dificuldade da convergência aos padrões de riqueza das economias com maiores níveis de renda per capita; 2) forças motrizes e a falta de mudança estrutural nessas economias, considerando seu processo de inserção internacional com a capacidade de competitividade global.

Quando se relaciona com a geopolítica, é necessário considerar o Estado como o ator principal para propiciar as mudanças estruturais necessárias⁶, alinhado com os setores industriais e acadêmicos, a chamada tríplice hélice ou hélice tripla (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000).⁷ Na geopolítica, ela representa uma abordagem colaborativa que busca unir esforços do governo, da indústria e do setor acadêmico para impulsionar inovações em tecnologia, estratégias de segurança, e em outros aspectos relacionados à economia e à defesa nacional.

O Estado é e sempre foi peça chave no desenvolvimento tecnológico dos países centrais. Exatamente por conta de sua ampla capacidade de mobilizar recursos via orçamento público, bancos de desenvolvimento e variadas formas de poupança forçada, o Estado consegue enfrentar os assombrosos riscos de insucesso envolvidos na pesquisa básica em inovação tecnológica no estado da arte em cada campo do saber. Uma vez superada a fase em que os investimentos geram apenas despesas e nenhum retorno financeiro, as inovações são então aproveitadas pelo setor privado que as transforma, por meio de desenvolvimentos acessórios e agregados, em bens ou serviços comercializáveis na economia (Roncaglia; Gala, 2023, p. 207).

Direta ou indiretamente, todo e qualquer projeto estratégico possui como elemento central o Estado, principalmente com a finalidade de possibilitar uma robustez dinâmica em sua capacidade de transmitir velocidade ao ritmo de reversão da lógica curto-prazista (que não corresponde aos objetivos dos núcleos estratégicos). Neste sentido, a adoção de um nacionalismo popular, enquanto força política interna, que esteja “voltada para a priorização do Estado nacional como

6 “Muitas experiências de sucesso de empresas privadas foram dependentes de inovações financiadas pelo Estado. Exemplificando, por meio dos investimentos nos estágios iniciais de desenvolvimento de tecnologias, o Estado age na liderança dos processos de criação de novos produtos e dos mercados, assumindo os riscos e as incertezas do setor privado. O ambiente na qual a empresa está inserida está sujeito a influências externas que não podem ser controladas pelo setor privado. Para controlar essa limitação, o Estado busca alterar e influenciar o ambiente econômico em que elas estão inseridas. O Estado é importante na formulação de políticas industriais e tecnológicas para o desenvolvimento do Sistema Setorial de Inovação (SSI)” (Niemeyer, 2022, p. 149).

7 Essa análise visa otimizar recursos, compartilhar conhecimentos e acelerar o desenvolvimento de soluções que atendam às necessidades emergentes através da articulação entre Estado, mercado e sociedade civil. Cada um dos setores possui uma atribuição: o Setor Governamental, representado por instituições e agências governamentais, desempenha um papel fundamental no fornecimento de políticas, regulamentações e financiamento para promover a inovação e o desenvolvimento em diversas áreas; o Setor Empresarial (Indústria), inclui empresas privadas que buscam inovar e desenvolver soluções aplicáveis e produtos tecnológicos, cuja participação da indústria é crucial para transformar pesquisa e desenvolvimento em produtos e serviços práticos; e o Setor Acadêmico (Educação e Pesquisa), com universidades e instituições de pesquisa que contribuem com conhecimento, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

organismo político da gestão e salvaguarda dos interesses nacionais” (Rodrigues, 2022, p. 204) é de vital relevância.

O Estado brasileiro é um agente fundamental no desenvolvimento da Geopolítica Brasileira. Seus principais desafios econômicos consistem em corrigir os graves desequilíbrios sistêmicos brasileiros e seus impactos na indústria, principalmente através da definição e implementação de políticas macroeconômicas (monetária, fiscal e cambial) e de competitividade (industrial, comercial e de inovação). Esta perspectiva é diametralmente oposta à visão de que somente as “forças de mercado” poderiam recolocar o país no caminho do desenvolvimento (Lacerda, 2022, p. 37), e é convergente com uma perspectiva de que o financiamento estratégico dos bancos públicos é impreterível para o crescimento econômico.

4.2 FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTRATÉGICO

Historicamente no Brasil, o financiamento estratégico é majoritariamente realizado pelos bancos públicos (BPs). Eles cumprem um papel proeminente em segmentos específicos do setor de crédito bancário. Como exemplo recente, a crise financeira de 2008 e a pandemia da Covid-19 (e as ações anticíclicas para o enfrentamento de ambos) demonstraram o protagonismo e a importância dos bancos públicos federais, em especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁸, da Caixa Econômica Federal (CEF)⁹ e do Banco do Brasil (BB)¹⁰ (assim como, em termos de financiamento científico-tecnológica, da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP).¹¹

- 8 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fundado em 20 de junho de 1952, é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, sendo o principal instrumento do Governo Federal, único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira.
- 9 A Caixa Econômica Federal (Caixa) é uma empresa estatal brasileira de serviços financeiros controlada pelo governo brasileiro. É a quarta maior instituição bancária do Brasil, assim como a quarta maior da América Latina. É também a maior instituição financeira 100% estatal da América Latina, com o propósito de ser a instituição financeira pública que fomenta a inclusão e o desenvolvimento sustentável.
- 10 O Banco do Brasil (BB) é uma empresa brasileira de serviços financeiros controlada pelo governo brasileiro. É o banco mais antigo do Brasil e um dos mais antigos em operação contínua no mundo, sendo a segunda maior instituição bancária do Brasil, assim como o segundo maior da América Latina. É um dos quatro bancos brasileiros mais rentáveis desde 2000 e detém uma forte posição de liderança no setor bancário de varejo.
- 11 A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) é uma organização do governo federal brasileiro subordinada ao Ministério da Ciência da Tecnologia que busca promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas. Ela concede recursos reembolsáveis e não reembolsáveis a instituições de pesquisa e empresas brasileiras, abrangendo todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, inovações e desenvolvimento de produtos, serviços e processos.

Os BPs são instituições financeiras cujo controlador majoritário é o Estado e cuja regulamentação e normas a serem seguidas são definidas pelo Banco Central. São instituições que, quando inseridas em uma lógica mais ampla da promoção de investimentos, podem atuar como braços de política pública. Assim, a característica dos BPs como instrumentos de política pública levanta discussões sobre o problema geral do papel do Estado na economia (Araujo; Feil, 2023, p. 88).

A partir da literatura econômica internacional, é possível delinear as principais funções dos bancos públicos: i) financiar o longo prazo; ii) promover o desenvolvimento econômico; iii) promover o desenvolvimento regional; iv) promover ações anticíclicas; v) financiar a inovação; vi) financiar projetos com externalidades positivas; vii) mitigar falhas de mercado (Araujo; Feil, 2023; Hermann, 2011; Mazzucato; Macfarlane, 2019; Stiglitz, 1994). Os BPs possuem a responsabilidade de criarem demanda, assim como serem proativos e vetores de mudança estrutural na economia; *i.e.*, “não são as falhas de mercado, mas o desenvolvimento do próprio sistema capitalista que confere aos BPs uma função orgânica no processo de desenvolvimento” (Araujo; Feil, 2023, p. 89).

No curto prazo e no longo prazo, o papel dos bancos públicos para o financiamento estratégico é insubstituível¹², fazendo com que seu resgate e aperfeiçoamento como impulsionadores dos investimentos para os núcleos estratégicos nacionais seja crucial, principalmente ao se considerar “a inexistência, ou insuficiência, de instrumentos de financiamento de longo prazo no mercado financeiro privado a taxas de juros minimamente compatíveis com a rentabilidade esperada dos projetos” (Lacerda, 2022, p. 34). Adicionalmente, conforme delineado por Araujo e Feil (2023, p. 88), os bancos públicos possuem protagonismo nas políticas públicas e financiamentos de *catching up* e da transição verde.

Segundo o jornal *Valor Econômico* (2024a), os bancos públicos financiaram 90% dos Estados e municípios brasileiros em 2023, constituindo-se como atores fundamentais para o desenvolvimento econômico nacional. No primeiro semestre de 2021, os bancos públicos representavam 37,5% dos ativos totais do Sistema Financeiro Nacional (SFN), e 44% do saldo das operações de crédito bancário: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social “concentravam 34,9% dos ativos totais e 41,6% das operações

12 “O fato é que o papel representado pelo financiamento dos bancos públicos no Brasil é insubstituível no curto prazo. Dadas as condições desfavoráveis apresentadas pelo mercado privado, seja pela sua escassez e pelas contrapartidas e elevadas taxas de juros praticadas, ele não representa uma alternativa viável para suprir as necessidades de financiamento de longo prazo para os setores produtivos e a infraestrutura. Dada a elevada remuneração oferecida pelos títulos públicos, grande parte do capital disponível está alocado nessa modalidade, portanto não há interesse dos agentes financeiros em se arriscar a financiamento de projetos, até pelos riscos envolvidos” (Lacerda, 2022, p. 36).

de crédito, de modo que são as instituições mais representativas do conjunto dos bancos públicos” (Araujo; Feil, 2023, p. 87). Além disso, Lacerda (2022) aponta que a Formação Bruta de Capital Fixo¹³ representa apenas 18% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil, e que os investimentos públicos são relevantes pelo seu impacto multiplicador na economia e pelo “efeito demonstração” para as inversões privadas (Lacerda, 2022, p. 40-41).

Numa perspectiva prospectiva da Geopolítica Brasileira Contemporânea, o financiamento estratégico é primordial para desenvolver os núcleos estratégicos nacionais com a finalidade de formar uma economia nacional autossuficiente e menos vulnerável externamente do ponto de vista econômico, político e militar. Simultaneamente, o investimento público é peça-chave para viabilizar a utilização de instrumentos econômicos como comércio, investimentos e construção de infraestrutura para ter acesso a territórios, recursos e mercados, visando aumentar a projeção geoeconômica e geopolítica.

Em suma, o crédito bancário corporativo e o financiamento estratégico de longo prazo no Brasil são extremamente dependentes dos bancos públicos federais. Assim sendo, um cenário afirmativo para os núcleos estratégicos nacionais da Geopolítica Brasileira depende, necessariamente, de fortalecê-los no enquadramento de novas engenharias financeiras voltadas para os objetivos estratégicos e as missões nacionais. Para tal, são necessárias intervenções estatais que visem ao esmorecimento do capital financeiro-especulativo como dinâmica dominante de acumulação.

4.4 DESFINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA

Em termos históricos, a estrutura econômica brasileira se configura como um desenvolvimento dependente. O Brasil precisa perseguir alvos e objetivos nacionais de acordo com parâmetros e estruturas definidos globalmente. Em outros termos, pode-se considerar que o ponto fulcral para os núcleos estratégicos tem como objetivo políticas sociais visando aos impactos econômicos, e às políticas econômicas visando aos impactos sociais (Kerstenetzky, 2011, p. 136), ou, em outros termos, políticas sociais economicamente orientadas, e políticas econômicas socialmente orientadas.

Neste escopo, destaca-se um debate de extrema relevância para a compreensão da situação brasileira no que tange ao desenvolvimento, ou não

13 A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) é a operação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) que registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos. Em outros termos, é o total das inversões em infraestrutura, construção civil e aquisição de máquinas e equipamentos.

desenvolvimento, de sua economia: a questão da financeirização da economia internacional, enfatizada claramente no clássico de François Chesnais (1996), *A mundialização do capital*, e no mais recente e didático livro *A Era do capital improdutivo*, de Ladislau Dowbor (2017).

Chesnais (1996) analisa de forma contundente a hegemonia do capital financeiro na mundialização contemporânea, cujo aumento das operações financeiras dos grupos industriais e bancários se transmutam da intermediação financeira e de criação de crédito a serviço do investimento produtivo para um campo de valorização específico de operações suscetíveis de proporcionar mais-valia e lucros financeiros, evidenciando, assim, uma dialética excludente e destrutiva desta nova lógica do capital. Para o autor, “é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza” (Chesnais, 1996, p. 15).

Quase três décadas se passaram deste o lançamento do livro e tais características da financeirização se encontram cada vez mais atuais. Esta mundialização do capital (outro termo para a globalização e expressão das forças do antimercado) resultou numa maior integração dos mercados financeiros a partir da liberalização e desregulamentação que culminou na abertura dos mercados nacionais. Entretanto, tal iniciativa gerou uma terceirização do processo decisório de quem será integrado ou excluído em relação aos benefícios das finanças. Essa “valorização improdutiva do capital” consistiria numa realidade “que abrange um conjunto de mecanismos pelos quais os detentores do capital podem realizar um lucro sem ter de passar pela produção” (Chesnais, 1996, p. 82). Desta forma, a desregulamentação e liberalização da economia de mercado “está ‘liberando’ o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido, à escala nacional, construir o ‘contrato social’ – o Estado previdenciário ou *Welfare State*” (Chesnais, 1996, p. 297).

Neste protagonismo da esfera financeira global, advindo da desregulamentação monetária e financeira, da desintermediação e da abertura dos mercados financeiros nacionais (Chesnais, 1996, p. 261), os capitais adquirem um elevado grau de mobilidade. Em outros termos, constata-se um oligopólio sistêmico financeiro, em que determinados grupos ligados mais com os das instituições estritamente financeiras, não apenas por seu comum apego à ordem capitalista, mas pela natureza ‘financeirista’ de parte de seus rendimentos” (Chesnais, 1996, p. 275-276).

Como continuidade desse pensamento, Dowbor (2017) também ratifica o caráter parasitário do financeirismo econômico na atualidade. Ele afirma que a apropriação dos recursos financeiros por corporações financeiras com a finalidade de especular, ao invés de investir, faz drenar o sistema produtivo e inviabiliza sua dinamização: “em termos simplesmente econômicos, de lucro, reinvestimento, geração de empregos, consumo e mais lucros – o ciclo de reprodução do capital

–, o sistema trava o desenvolvimento. É o capitalismo improdutivo” (Dowbor, 2017, p. 91). Logo, uma vez que a rentabilidade financeira é mais lucrativa do que o investimento produtivo, “gerou-se, portanto, uma dinâmica de transformação de capital produtivo em patrimônio financeiro: a economia real sugada pela financeirização planetária” (Dowbor, 2017, p. 33).

A problemática fundamental não se concentra, portanto, na ausência de geração de riqueza, e sim em como ela é capturada pelos bancos e pelos intermediários financeiros, sem nenhuma contrapartida produtiva e social. Ou seja, esterilizam a riqueza produzida pela sociedade, não criam novas tecnologias e nem geram novos empregos, cuja única finalidade é a geração irrestrita de lucro, ainda que trave a economia e produza prejuízos sociais e ambientais.¹⁴ Como forma de reverter esse quadro, Dowbor (2017) propõe uma série de medidas com a finalidade de recuperar a economia real¹⁵, afirmando que a capacidade pública de controle e regulação é fundamental contrapeso ao caráter parasitário do sistema financeiro, “tanto limitando os juros como orientando o capital para investimentos produtivos e cobrando impostos sobre patrimônio financeiro improdutivo” (Dowbor, 2017, p. 269).

Constata-se que o Brasil permanece altamente dependente dos mercados financeiros internacionais, que, em troca, impõem uma série de obrigações à governabilidade nacional. Como contrapartida, a política é um elemento fundamental para a redução do protagonismo financeiro-especulativo e, assim sendo, a compreensão do desenvolvimento na atualidade não pode desconsiderar os desafios que a financeirização e a globalização impôs/impõe à sua estrutura econômica. Desde a década de 1980, as políticas do capital, a reestruturação produtiva e as forças desagregadoras do capitalismo financeiro-especulativo vêm provocando uma elevação do processo de desindustrialização e desnacionalização, altamente nocivo para o adequado funcionamento dos núcleos estratégicos nacionais.

5 NEOINDUSTRIALIZAÇÃO DOS NÚCLEOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS

Segundo o Portal da Indústria (2024), a “neointustrialização é o processo de modernização e evolução da indústria, enfatizando inovação, compromisso

14 “Numa visão mais ampla, é essencial entender que a intermediação financeira não é produtiva como atividade, pois é uma atividade-meio. A sua produtividade se dá de forma indireta, quando investe os recursos captados da economia para financiar atividades produtivas, estimulando a economia real, as chamadas atividades-fim. Ao agregar as nossas poupanças para fomentar a economia, cumpre um papel positivo. Se as drena para fins especulativos, fragilizando a demanda e o investimento, é contraprodutiva, assume um papel de atravessador” (Dowbor, 2017, p. 260).

15 “Para atingir estes objetivos, precisaremos provavelmente de uma nova lei Glass-Steagall para eliminar a rede de segurança social de que gozam as atividades financeiras altamente especulativas, limites mais estritos quanto à alavancagem e tamanho dos bancos de forma a dividir (break-up) as instituições financeiras maiores e mais perigosas, e uma regulação mais rigorosa para limitar quanto se paga por estas atividades de alto risco” (Dowbor, 2017, p. 166).

ambiental e integração com cadeias produtivas internacionais.” Este conceito emerge como uma ótica de renovação e fortalecimento industrial do Brasil, cujos pontos fundamentais seriam tecnologia, estrutura industrial, qualificação da força de trabalho, políticas industriais, sustentabilidade e responsabilidade social.

A neoindustrialização brasileira requer iniciativa, planejamento e gestão, tornando a indústria o fio condutor de uma política econômica orientada para a geração de renda, de empregos mais intensivos em conhecimento e de ampliação dos núcleos estratégicos nacionais. Ela requer um projeto que seja articulado, que conte com a participação e coordenação do Estado, e que passa, necessariamente, pela construção de condições macroeconômicas que favoreçam a reindustrialização (fiscais, monetárias e industriais). Estas devem gerar uma trajetória de crescimento sustentado para possibilitar a retomada do crescimento de médio-longo prazo da taxa de acumulação de capital e da taxa de investimento.

É possível reverter a desindustrialização em curso no Brasil e promover uma reindustrialização. No entanto, não será tarefa fácil, tão pouco algo automático, ou natural. Terá que ser um processo induzido, mediante a criação de um ambiente macroeconômico mais favorável à produção, a adoção de políticas de competitividade (ou seja, políticas industrial, comercial e de inovação), além do fomento à inovação e cultura empresarial com o intercâmbio universidade-institutos de pesquisa-empresas (Severian; Lacerda, 2022, p. 94-95).

Apesar de ter completado o perfil de sua industrialização, foi constatado que o Brasil não realizou o salto científico qualitativo necessário à terceira e quarta revoluções industriais, abdicando, desde a década de 1980, de políticas de planejamento econômico-social e industrial que poderiam configurar o controle e domínio de novas tecnologias (Gadelha, 2022, p. 106-107). Portanto, há de se retomar o espírito do desenvolvimento e reverter a “construção interrompida” (Furtado, 1992); em outras palavras, a neoindustrialização almeja a sofisticação produtiva que se traduz na acumulação de capital em proporção ao produto nacional, em concomitância à incorporação do progresso técnico à produção (Casseb *et al*, 2022, p. 47-48).

Devido ao fato de que os maiores ganhos econômicos [...] costumam ser encontrados nos elos de maior complexidade de produção, muitos países têm promovido atividades que agregam valor aos produtos. Porém, isso constitui um processo complexo, que depende de muitos fatores, como a presença de capital, tecnologia e um arcabouço institucional que favoreça tais ambições (Soendergaard, 2021, p. 68).

Atualmente no Brasil, o projeto de neointustrialização tem como um dos principais parceiros o BNDES, retomando seu papel estratégico para financiar a inovação, a transição energética e o processo de adensamento das cadeias produtivas. Em 2023, o BNDES dobrou o crédito para a indústria saltando de R\$ 12,9 bilhões em 2022, para R\$ 26,1 bilhões em 2023, maior valor desde 2014 (*Valor Econômico*, 2024b). Em 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social pretende mobilizar aproximadamente R\$ 250 bilhões para o apoio a projetos de neointustrialização até 2026. Esses recursos integram o Plano Mais Produção da Nova Indústria Brasil, política de desenvolvimento industrial que foi entregue pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) ao Executivo Federal (Brasil, 2024).

No contexto global, políticas industriais ativas e engajamento ativo do Estado para aumentar as capacidades econômicas nacionais são tendências cada vez mais crescentes desde 2020 (Soendergaard, 2021, p. 125-126). Em termos geopolíticos, a neointustrialização dos núcleos estratégicos nacionais está correlacionada com a sustentação do objetivo estratégico da dissuasão extrarregional. Ainda, centraliza o país na disputa das fronteiras tecnológicas da inovação tanto no setor civil quanto militar, buscando reduzir o crescente *gap* tecnológico entre o sistema produtivo nacional e os das grandes potências em áreas como a nuclear, a indústria de semicondutores, as tecnologias verdes, a indústria 4.0, dentre outros.

Em suma, a competição geopolítica contemporânea, com sua tendência duradoura a tensões e conflitos interestatais, enfatiza o caráter estratégico dos sistemas produtivos nacionais. Ao Brasil, um duplo e enorme desafio: retornar o vigor da atividade industrial e avançar nas áreas cruciais que possibilitam as condições materiais à estratégia de dissuasão extrarregional (Farias, 2022, p. 37).

Em síntese, neointustrialização e política industrial são sinônimos de soberania nacional, são um instrumento de defesa dos interesses nacionais cuja concepção é um desafio econômico, tecnológico e, sobretudo, geopolítico. A neointustrialização deve ser compreendida por meio do uso de vários instrumentos de governo para aumentar a competitividade local, tais como subsídios, financiamento público, tributação diferenciada, e compras governamentais. Uma vez que vantagens competitivas não se herdam, mas se constroem, os objetivos principais são alcançar o domínio tecnológico em áreas estratégicas, superar a armadilha da renda média e complexificar a estrutura produtiva dos núcleos estratégicos nacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo intensificar o debate da proposição teórica de Góes (2022) referente aos núcleos estratégicos vis-à-vis os arranjos

geopolíticos nacionais e internacionais. O avanço científico do trabalho esteve lastreado na imprescindibilidade de análise da economia política enquanto fundamentador da implementação de um projeto de reindustrialização brasileiro.

Em síntese, o Núcleo Estratégico deve agir como fabricante de mercado, expandindo-o e utilizando-o com finalidades estratégicas. Isso exigiria uma planificação compatível com o mercado e operações institucionais inovadoras e complexas. Nesse sentido, uma proposição interessante seria o estabelecimento de uma Comissão de Supervisão e Gestão de Ativos Nacionais (CSGAN), que consistiria no *manager* da economia de mercado brasileira lastreada pelo Núcleo Estratégico.

As possibilidades de desenvolvimento dos núcleos estratégicos nacionais estão fortemente ligadas à transformação radical de estruturas produtivas para superar gargalos e a rigidez do subdesenvolvimento. Neste sentido, a neindustrialização é cogente para uma estrutura produtiva complexificada tecnologicamente, revertendo o processo de desindustrialização, readequando o regime macroeconômico para uma trajetória de desenvolvimento e promovendo a reconversão da produção no maior parque industrial da América Latina.

A estratégia da economia política dos núcleos estratégicos exige um projetamento que impossibilite o estabelecimento de um sistema de soberanias limitadas e de “*apartheid* tecnológico”, assim como inviabilize a imposição de políticas econômicas que levam à recessão, à desindustrialização, à reprimarização, à precarização do trabalho e ao dismantelamento dos núcleos estratégicos nacionais do país. Ao se pautar numa “Missão Estratégica da Geopolítica Brasileira”, é fundamental a reflexão da complexidade e das incertezas do contexto nacional e internacional da contemporaneidade, uma vez que a retomada da geopolítica das nações, o grau de desenvolvimento das forças produtivas globais, a nova divisão internacional do trabalho e a natureza das fronteiras tecnológicas demandam novas formas de criar, implementar e executar um projeto nacional nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Victor Leonardo; FEIL, Fernanda. Bancos públicos federais: o que virá depois do desmonte. In: MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; ARAUJO, Victor Leonardo de (org.). *Economia brasileira: uma reconstrução necessária*. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 86-109.

BRASIL. BNDES integra plano de R\$ 300 bilhões do Governo Federal para neindustrialização. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 22 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-integra-plano-de-rs-300-bilhoes-do-governo-federal-para-neoindustrializacao>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Glossário das Forças Armadas. *MD35-G-01*, Ministério da Defesa. 5. ed., 2015.

CASSEB, Norma Cristina Brasil; CABRAIL, Carlos Eduardo F.; BRAZ, Emerson; LEMES, Matheus. A macroeconomia da desindustrialização. In: LACERDA, Antonio Corrêa de (org.). *Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 43-68.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. Tradução de Wanderley Guilherme dos Santos e Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira. São Paulo: Xamã, 1996.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo: a nova arquitetura de poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. The dynamics of innovation: from national systems and “mode 2” to a triple helix of university - industry - government relations. *Research Policy*, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 109-123, fev. 2000.

FARIAS, Hélio Caetano. Aspectos geopolíticos da guerra do futuro e desafios brasileiros. In: AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; RAMOS, Carlos Eduardo de Francis (org.). *Estudos de defesa: inovação, estratégia e desenvolvimento industrial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022. p. 15-41.

FIORI, José Luís da Costa. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FIORI, José Luís da Costa. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GADELHA, Regina Maria A. Política desenvolvimentista e retrocesso estrutural: origens do atraso. In: LACERDA, Antonio Corrêa de (org.). *Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. *Brasil: uma economia que não aprende*. São Paulo: Os autores, 2020.

GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. O desafio da política industrial em tempos de pandemia. IN: MARINGONI, Gilberto (org.). *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 423-448

GILL, Indermit; KHARAS, Homi (eds.). *An East Asian Renaissance: ideas for economic growth*. Washington: IBRD; The World Bank, 2007.

GOÉS, Guilherme Sandoval. 200 anos de independência: em busca de uma estratégia de segurança nacional para o Brasil. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 80, p. 65-93, maio-ago. 2022.

GÓES, Guilherme Sandoval; MASSERA, Héctor Villagra. *Brasil e Chile: Posição Geopolítica no Contexto Mundial Contemporâneo*. 1. ed. Rio de Janeiro- RJ: Editora da ESG, 2015.

GOMES, Ciro. *Projeto Nacional: o dever da esperança*. São Paulo: Leya, 2020.

HERMANN, Jennifer. Bancos públicos em sistemas financeiros maduros: perspectivas teóricas e desafios para os países em desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 31, nº 3, p. 397-414, 2011.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Welfare State e Desenvolvimento. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p.129-156, 2011.

LACERDA, Antonio Corrêa de. A reindustrialização brasileira. In: LACERDA, Antonio Corrêa de (org.). *Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 15-42.

LEWIS, William Arthur. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The Manchester School*. v. 22, nº 2, 1954, p. 139-191.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. *Geopolítica: introdução ao estudo*. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MARINGONI, Gilberto. O Estado, agendas e disputas políticas. IN: MARINGONI, Gilberto (org.). *A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 31-56

MAZZUCATO, Mariana. *Missão economia: um guia inovador para mudar o capitalismo*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2022.

MAZZUCATO, Mariana; MACFARLANE, Laurie. The challenge of smart, inclusive and sustainable growth. [S.l: s.n.], 2019.

MOREIRA, Uallace. Estratégia de catch-up tecnológico para superar a armadilha da renda média. In: MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; ARAUJO, Victor Leonardo de (org.). *Economia brasileira: uma reconstrução necessária*. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 151-170.

NIEMEYER, Luiz. Estado, política industrial e tecnológica: reflexões sobre alternativas para a retomada da indústria brasileira. In: LACERDA, Antonio Corrêa de (org.). *Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.118-139, jan./jun. 2012.

PORTAL DA INDÚSTRIA. O que é Neoindustrialização? Portal da Indústria, 2024a. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/neoindustrializacao/>. Acesso em: 22 set. 2024.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. *Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?* São Paulo: Editora Dialética, 2022.

RONCAGLIA, André; GALA, Paulo. O fim do sonho neoliberal e o retorno da política industrial. In: MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; ARAUJO, Victor Leonardo de (org.). *Economia brasileira: uma reconstrução necessária*. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 195-214.

SEVERIAN, Danilo; LACERDA, Antonio Corrêa de. Industrialização e desenvolvimento: as contribuições de Wilson Cano. In: LACERDA, Antonio Corrêa de (org.). *Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 69-98.

SOENDERGAARD, Niels. Economia política global. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Contexto, 2021.

SONAGLIO, Cláudia Maria; MISSIO, Fabricio José; PEREIRA, Hugo Carcanholo Iasco. A Armadilha da renda média: trajetória brasileira e apreciações críticas. *Revista Debate Econômico*, vol. 4, nº 2, jul.-dez. 2016.

STIGLITZ, Joseph. The role of the state in financial markets. *The World Bank Economic Review*, vol. 7, p. 19-61, 1994.

TRASPADINI, Roberta. A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

VALOR ECONÔMICO (Brasil). *BNDES dobra crédito para indústria em 2023 e atinge pico desde 2014*. Valor Econômico, 11 de janeiro de 2024, (2024b). Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/03/03/bancos-pblicos-financiam-90-pontos-percentuais-do-crdito-a-estados-e-municipios-em-2023.ghtml>. Acesso em: 13 fev.2024.

VALOR ECONÔMICO (Brasil). Bancos públicos financiam 90% do crédito a estados e municípios em 2023. Valor Econômico, 03 de março de 2024, (2024a). Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/03/03/bancos-pblicos-financiam-90-pontos-percentuais-do-crdito-a-estados-e-municipios-em-2023.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ZAGATO, Lígia Maria de Jesus Cestari; GALA, Paulo; PINHEIRO, Flávio; HARTMANN, Dominik. A armadilha da renda média e os obstáculos à transformação estrutural: a curva S da complexidade econômica. *Working Paper*, Escola de Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

Recebido em: jun. 2024.

Aceito em: nov. 2024.